



UNILAB
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
CAMPUS DOS MALÊS
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS

WANDERSON DOS SANTOS NASCIMENTO

O TRAÇADO HISTÓRICO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL: PARA
UM ESTUDO DE CASO DO PAPEL DA AGRICULTURA FAMILIAR NA
COMUNIDADE DO OUTEIRO ALTO, VALENÇA, BA

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2017

WANDERSON DOS SANTOS NASCIMENTO

**O TRAÇADO HISTÓRICO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL: PARA UM
ESTUDO DE CASO DO PAPEL DA AGRICULTURA FAMILIAR NA
COMUNIDADE DO OUTEIRO ALTO, VALENÇA, BA**

Projeto de pesquisa apresentado ao curso de Bacharelado em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Orientador: Prof. Dr. Carlindo Fausto Antonio.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2017

WANDERSON DOS SANTOS NASCIMENTO

**O TRAÇADO HISTÓRICO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL: PARA UM
ESTUDO DE CASO DO PAPEL DA AGRICULTURA FAMILIAR
NA COMUNIDADE DO OUTEIRO ALTO, VALENÇA, BA**

Projeto de pesquisa apresentado à Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Instituto de Humanidades e Letras, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

DATA DE APROVAÇÃO: 29/07/2017

BANCA EXAMINADORA

Carlindo Antonio Fausto – Orientador

Doutor em Teoria Literária e História da Literatura pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP

Universidade da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

Rafael Palermo Buti – Examinador

Doutorado em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

Universidade da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

Pedro Acosta Leyva – Examinador

Mestre e Doutor pela PPG-EST. Pós-Doutor pela UNISINOS

Universidade da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	5
1.1	BREVE HISTÓRICO DO MUNICÍPIO	5
1.2	DELIMITAÇÃO DO TEMA	6
2	FORMAÇÃO E CARACTERÍSTICA DA COMUNIDADE DE ESTUDO ESPECÍFICO	8
2.1	PROBLEMATIZAÇÃO	9
3	OBJETIVOS	10
3.1	OBJETIVO GERAL	10
3.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	10
4	JUSTIFICATIVA	11
5	REVISÃO DE LITERATURA	13
5.1	BREVE QUADRO DA HERANÇA DO SISTEMA COLONIAL / AGRICULTURA FAMILIAR	13
6	PERCURSO METODOLÓGICO	19
	REFERÊNCIAS	21
	APÊNDICE - Fotos	24

1 INTRODUÇÃO

Valença, município situado no território do baixo sul da Bahia distante cerca de 270 km da capital Salvador, com população aproximadamente 88.673 e uma área equivalente 1.192,6 km², com densidade demográfica 74,35 (hab., km²), com característica de bioma predominante da mata atlântica (IBGE, 2017a), também considerado como um importante polo turístico, além de servir de acesso para outras importantes cidades e ilhas como: Cairú e Morro de São Paulo.

1.1 BREVE HISTÓRICO DO MUNICÍPIO

Na época em que o Brasil foi dividido em Capitanias Hereditárias, as terras que compõem o atual município de Valença faziam parte da Capitania de São Jorge dos Ilhéus, doada em 1534 a Jorge de Figueiredo Correia, e estavam subordinadas administrativamente a Vila de Nossa Senhora do Rosário de Cairu (IBGE, 2017b).

O lugar era habitado por índios Tupiniquins, de índole Pacífica. Os primeiros colonos, ao que se supõe para ali se transportaram entre os anos de 1557 a 1571, durante o governo de Mém de Sá. Entre eles destacou-se Sebastião de Pontes, homem rico e influente, já naquele possuidor de dois engenhos no Recôncavo baiano (IBGE, 2017b).

Sebastião de Pontes estabeleceu um curral defronte da ilha de Tinharé, ficando o local conhecido como Ponta do Curral. Construíram também engenhos as duas léguas da embocadura do rio Una, próximo da primeira cachoeira, “grande e forte”, muito bem fabricados de casas de vivenda e de purgar e também uma formosa igreja da invocação de São Gens com três capelas de abóbadas. Outros moradores (as) foram também estabelecer-se nas proximidades do engenho, com fazendas de cana. Havia ainda, uma aldeia de indígenas subordinados a Sebastião de Pontes (IBGE, 2017b).

1.2 DELIMITAÇÃO DO TEMA

O tema desta pesquisa é o traçado histórico da agricultura familiar no Brasil: Para um estudo de caso do papel da agricultura familiar na comunidade do Outeiro Alto pertencente ao município de Valença, Bahia. O foco do trabalho está em compreender, a partir de um processo histórico e com apoio teórico, como a agricultura familiar se formou em âmbito nacional, para uma análise consistente de um estudo de caso sobre o papel da agricultura familiar na comunidade do Outeiro Alto.

Outro foco deste projeto de pesquisa, considerando a agricultura familiar, visa dissecar quais as medidas e políticas públicas, voltadas para o incentivo deste modelo de agricultura aos pequenos produtores locais, estão presentes na comunidade do Outeiro Alto. Dentre as políticas públicas podemos destacar e verificar se estão presentes aquelas que garantem os direitos básicos como, por exemplo, acesso à saúde, educação, assistência técnica, estruturas para o escoamento da produção e outras.

Este tema, de certa forma, também está relacionado à experiência do autor enquanto participante dos processos da agricultura de caráter familiar executada na comunidade do Outeiro Alto onde se delimita a pesquisa, considerando a vivência direta do autor com o trabalho no campo, somado aos conhecimentos passado pela gênese do seio familiar.

Através deste trabalho procuro investigar quais as garantias e benefícios que o estado e município asseguram para os pequenos agricultores da comunidade do Outeiro Alto. Tudo será feito, isto é, pesquisado, considerando que a categoria de agricultor familiar se encontra consagrado na constituição federal na lei 11.326 de 24 de julho de 2006 que regime o enquadramento do que é um agricultor familiar.

No entanto, a partir dos direitos dos trabalhadores familiares rurais presente em lei, convém ser analisado neste trabalho se esta lei está sendo efetivamente executada pelo poder público para com os pequenos agricultores da comunidade local, para tanto, faz também necessário examinar a política Brasileira de desenvolvimento

rural na criação de programas que visibilizam os pequenos produtores familiares rurais na conjuntura dos entes federativos, exemplos disso são a criação de programas que visa beneficiar os pequenos agricultores familiares tais como: o programa de aquisição de alimentos (PAA) assim como o programa nacional de alimentação escolar (PNAE), criados com objetivo de fortalecer o aspecto da agricultura familiar.

A temática que gira entorno do modelo da agricultura familiar abrange diversos ramos e conceitos da sociedade moderna tais como; a economia solidária e agroecologia que convém ser examinado durante a pesquisa, dando ênfase ao associativismo como um meio de participação da comunidade em elaborar projetos que visem à melhoria da estrutura socioeconômica local, além das possíveis metas e conquistas que os agricultores já obtiveram através da parceria estado e associativismo.

Considerando que quando se trata de agricultura remete para a cultivação da terra, esta pesquisa busca de forma relevante discorrer sobre os principais cultivos da comunidade do Outeiro Alto tendo em vista os aspectos econômicos extraídos da lavragem da terra, assim como na criação de gado, entre outras formas de sobrevivência no meio rural local.

2 FORMAÇÃO E CARACTERÍSTICA DA COMUNIDADE DE ESTUDO ESPECÍFICO

A comunidade do Outeiro Alto que é o foco da pesquisa situa-se a 32 quilômetros do centro da cidade de Valença, Bahia. A agricultura é a principal fonte de renda para estes pequenos agricultores familiares que produzem os mais variados gêneros alimentícios para suprir as necessidades básicas de subsistência humana e para o desenvolvimento local. A comunidade é banhada pelo Rio Jequiriçá, que nasce no Município de Maracás e desagua no Oceano Atlântico (RIO..., 2009).

Segundo os relatos orais previamente coletados para este projeto de pesquisa, a comunidade do Outeiro Alto “surge” a partir do momento em que houve um desmoronamento de latifúndios na região. Seu José, morador da comunidade há 84 anos, conta que existia na região um senhor por nome de Mendes¹ que detinham a posse das terras de quase toda região, passado o tempo, este senhor latifundiário, devido sua avançada idade, resolveu vender parte de suas terras a preços “acessíveis” para diversas pessoas de lugares próximos, aos poucos, a região foi ganhando aspecto de comunidade, nas construções de casas, e na formação de pequenas propriedades.

Sobre o aspecto dos primeiros habitantes da região, provavelmente foram os indígenas da tribo Tupiniquins que viviam na região de Valença e adjacências. O senhor Manoel conta que no quintal da casa dele foram achados vestígios indígenas, como peças de amolar flechas e objetos de barro que indicam que ali viviam famílias indígenas.

Há também relatos que a região foi palco de um sistema de trabalho escravizado; exemplo marcante disso está em uma ruína de um engenho próximo ao rio (Jequiriçá) que corta a região, ainda segundo seu Manoel, no local foram encontradas rodas de ferros, forquilhas, e resquícios de tijolos, materiais que provavelmente foram usados na construção do engenho sob a utilização de mão de obra escravizada. Outro dado fundamental diz respeito, na atualidade, ao fato de a

¹ Nome fictício devido à ética na pesquisa.

cidade e Região ser habitado por muitos moradores (as) negros (as), cuja origem remete ao processo citado acima. Todos estes aspectos convêm lembrar aqui serão analisados no transcorrer da pesquisa. Salientamos que tais estudos são fundamentais para a compreensão da agricultura familiar em Outeiro Alto.

O quadro mais amplo apresentado nos parágrafos anteriores tem a finalidade de articular a compreensão da herança colonial e o processo atual da agricultura familiar e, ao mesmo tempo ou no mesmo exercício, apontar as razões pelas quais a agricultura familiar é um artefato de luta e de sistematização de um modo de produção agrícola local, coletivo-familiar e de economia solidária.

2.1 PROBLEMATIZAÇÃO

As temáticas relacionadas à agricultura no Brasil são construídas a partir de um processo histórico que remete ao projeto colonial, escravista e concentrador de terras e renda. É neste processo que se dá e que se deu a sua estrutura enquanto um setor econômico e social. Podemos dizer que a organização de um setor produtivo como este passou por várias etapas e aprimoramento ao longo do tempo, até se chegar a temática relacionada ao modelo da Agricultura familiar de subsistência que e, a rigor, um movimento na contramão do hegemônico no país.

Neste sentido, para se chegar num conjunto de fatores que influenciaram a formação da agricultura de subsistência (familiar) faz-se necessário um recorte em âmbito nacional, para compreender o sistema em termo nacional e depois o local, no caso a comunidade do Outeiro Alto.

Diante disso, surgem as seguintes problematizações:

- A agricultura familiar garante as condições necessárias para a garantia da sobrevivência dos pequenos agricultores em conjunto com a sua família?
- Como se dar a organização dos pequenos agricultores familiares em pequenas propriedades?

3 OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

Analisar e compreender a atuação dos pequenos agricultores familiares da comunidade do Outeiro Alto, com base em um traçado histórico da agricultura familiar de subsistência (familiar) no Brasil, destacando o seu papel como atores participantes do processo econômico e social.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Para que se possam analisar as informações do papel da agricultura familiar na comunidade do Outeiro Alto em conjunto com os processos em que se deu este modelo de agricultura em âmbito nacional, seguem-se os procedimentos específicos abaixo:

- Analisar os quadros estruturantes da agricultura familiar na comunidade do Outeiro Alto;
- Examinar as relações da agricultura familiar com o meio ambiente;
- Estudar os processos da prática sustentáveis pela agricultura familiar na comunidade do Outeiro Alto;
- Analisar o processo de povoamento da região;
- Verificar as características etnográficas da comunidade local;
- Verificar as principais lavouras cultivadas, e sua importância para a economia local.

4 JUSTIFICATIVA

Trazer para o centro das discussões uma temática como a agricultura familiar é, sobretudo tratar de diversos aspectos que envolvem não somente a área econômica em si, mas de toda uma estrutura que abarca diversos campos da área científica social, tais como: política, antropologia, história e entre outras.

É uma evidencia dessa abrangência a necessidade de compreensão, mesmo de modo breve, da história da agricultura e herança colonial, do trabalho escravizado, da imigração e de acesso seletivo às terras e aos mecanismos de produção agrícolas.

A minha história de vida é outro ponto que merece uma consideração aqui, quero enfatizar que, na condição de autor deste projeto de pesquisa, provenho de família negra e oriunda de pequenos agricultores rurais, que sempre mantiveram suas práticas e domínios na agricultura como meio de sobrevivência; tudo agregado aos valores simbólicos e culturais.

Retratar a convivência do “homem do campo”, enquanto um ator social responsável pela produção de gêneros alimentícios para sua subsistência reafirma a importância de estudar os fenômenos que fomentaram o processo da auto-organização e produtividade dos mesmos, tanto em termo nacional quanto na comunidade do Outeiro Alto.

O trabalho é importante também a partir do momento que pretende analisar a participação da agricultura familiar como um importante setor produtivo, contextualizado a partir de um recorte histórico que agrega fundamentação para um estudo específico de caso.

Outro fato a ser considerando é que os problemas relativos aos aprimoramentos deste modelo de agricultura reforçam a ideia de que os atores participantes deste processo são sujeitos marcados pela marginalização, pela exploração, mas que sempre se mantiveram atuantes nas suas trajetórias de resistência ao modelo dominador latifundiário.

Com este estudo teremos a oportunidade de conhecer os indivíduos que fazem parte da agricultura familiar, tais como: os pescadores, cipozeiros, quilombolas, e as lutas destes indivíduos pela sua visibilidade no meio político e social e econômico.

Neste aspecto, levantarei questões que congregam as populações do meio rural e as possíveis necessidades de políticas públicas voltadas para incentivar o trabalhador rural na sua produção e na vivência em conjunto com a sua família no campo.

Enfim, a temática suscitará questões que vão ajudar no processo da minha aprendizagem. Saliento que tais questões são capazes de me fazer adquirir novos conhecimentos através das novas teorias e detalhamento dos fatos referentes ao tema deste trabalho, que pode ser difundido para outros contextos no âmbito da sociedade.

5 REVISÃO DE LITERATURA

5.1 BREVE QUADRO DA HERANÇA DO SISTEMA COLONIAL/ AGRICULTURA FAMILIAR

Para compreender o processo da agricultura familiar especialmente no Brasil, faz-se necessário retomar alguns pontos do período colonial, onde a característica principal da agricultura na época do Brasil-colônia era “essencialmente nômade e extrativista” (HOLLANDA, 2013, p. 24). Sobre esta questão, Szmrecsány (1998), argumenta que:

Na verdade, a agricultura brasileira só começou a existir concretamente com setor econômico diferenciado a partir da independência política do país e, principalmente, da formação em seu interior uma economia de mercado. Suas origens podem remontar –como de fato remontam– aos primórdios do período colonial, mas o seu desenvolvimento endógeno e auto-sustentado só teve início depois da materialização das duas pré-condições que acabam de ser mencionadas. Enquanto o Brasil foi colônia de Portugal e apêndice do seu mercado interno, as atividades aqui existentes nunca chegaram a constituir-se um setor econômico claramente delimitado. Suas práticas eram intermitentes e se confundiam com as do extrativismo; os seus agentes as exerciam em conjunto, ou alternadamente, com atividades de outra natureza (SZMRECSÁNY, 1998, p. 11).

Para Prado Júnior (1995, p. 120) “a agricultura representa o nervo econômico da civilização, e que numa palavra, é propriamente nela que assentou a ocupação e exploração da maior e melhor parte do território brasileiro” acrescentando ainda que os colonizadores procuraram enriquecer o mais depressa possível com a exploração desenfreada dos recursos naturais, mediante a escravização primeira dos povos indígenas e depois de africanos.

O período da “grande lavoura” do Século XVII dos produtos coloniais, como o açúcar, algodão e tabaco, tais lavouras são consideradas por Prado Júnior (1996, p. 145) como o “fundamento da agricultura do período colonial no Brasil”, o que corrobora para o aspecto da monocultura, totalmente voltada para o mercado externo consumidor.

A agricultura latifundiária, do início da colonização do território brasileiro, com a utilização da mão de obra escrava, era, sobretudo, de aspecto “atrasado” com relação ao emprego de técnicas agrícolas, e nas variedades de cultivos. Sobre a característica deste “atraso” Szmrecsány (1998, p. 5) analisa:

Os motivos desse atraso tecnológico não podiam ser atribuídos apenas à escravidão, que ainda continuava existindo em outras áreas tropicais dotadas de lavouras muito mais produtivas que as do Brasil. As causas deste atraso residiam em boa parte- e de certa forma continuam residindo até hoje- na má qualidade do seu empresariado rural, no baixo nível cultural e técnico dos seus fazendeiros. A persistência do escravismo contribuía, no entanto, de forma poderosa para impedir o surgimento de estímulos à transformação qualitativa do sistema produtivo.

Dentro deste modelo de agricultura latifundiária baseada na monocultura, e na mão de obra escrava, emergem as culturas de subsistência, neste período da colonização elas se “especializaram na produção de alguns poucos gêneros, complementares aos das culturas de exportação” aos poucos, as culturas de subsistência foram constituindo-se uma atividade autônoma “praticada por homens livres, com a eventual ajuda da família” (SZMRECSÁNY, 1998, p. 14).

Além das práticas da cultura de subsistência, existiam (em) os meros agricultores *agregados* dos grandes latifúndios dominantes, estes indivíduos são descritos por Prado Júnior (1995, p. 159) como um “trabalhador rural a quem o proprietário cede em geral a título gratuito e em troca apenas de uma espécie de vassalagem e prestação de pequenos serviços, o direito de estabelecer e explorar uma parte inaproveitada do domínio”.

Prado Júnior (1995, p. 158) considerou a agricultura de subsistência na época da colonização como “pobre” e insuficiente se comparada à agricultura latifundiária. No aspecto regional, no caso Bahia, Prado Júnior (1995, p. 150) enfatiza que foi no território do recôncavo que se iniciaram aos entornos do engenho as pequenas propriedades, assentados sobre solos desgastados, que não serviam para o plantio de lavouras como a de cana de açúcar.

Diante do exposto por Caio Prado Júnior no que diz respeito à agricultura de subsistência aliada a “pobreza” Szmrecsány, ressalta:

De um modo geral, todavia, as culturas de subsistência nunca deixaram de constituir atividades secundárias e subsidiárias em relação às grandes lavouras escravistas de exportação. Quando chegavam a ser independentes destas, eram geralmente praticadas em pequena escala e longe de dos raros centros urbanos, sujeitos a frequentes crises de abastecimento, por meio dos quais de gêneros alimentícios e outros intermediários conseguiam amealhar grandes lucros. Da mesma forma que as grandes lavouras de exportação, as culturas de eram praticados em moldes extensivos, nunca chegando a constituir atividades especializadas, intensivas e permanentes (SZMRECSÁNY, 1998, p. 16).

Diferentemente da agricultura latifundiária do (agronegócio), a agricultura familiar emerge como um modelo que tem em sua totalidade a inclusão dos pequenos produtores na cadeia produtiva possibilitando a geração de emprego e renda garantindo a segurança alimentar, como ressalta Moraes e Fernandes:

A agricultura familiar representa a abertura de novos horizontes e possibilidades para os pequenos agricultores que antes trabalhava sob o regime de diversas formas de exploração do trabalhador do campo como sesmeiros, meeiros, arrendatários, parceiros etc. A importância da agricultura familiar vai além da segurança alimentar das famílias que realizam essa produção. Estimamos que a maior parte da produção de alimentos que abastecem o mercado interno advém da agricultura familiar. (MORAES; FERNANDES, 2014, p. 25).

Dentro desta ótica, os autores reafirmam a importância da prática da agricultura nos moldes familiar, destacando a posição que o pequeno produtor rural alcançou perante a este modelo, assegurando os princípios primordiais da sobrevivência humana que é a alimentação se expandindo para a contribuição econômica em termos nacional.

Ao contrário do modelo latifundiário exportador, a agricultura familiar (camponesa) possui uma relação de equilíbrio com a natureza, fruto de sua prática da policultura orgânica, e porque estes agricultores entendem a produção de alimentos como requisito principal, pois visam à “transformação da natureza, primordialmente, como forma de sobrevivência e não como forma mercadológica de produção de capital” (CAMACHO, 2009, p. 2).

Nesta perspectiva, a manutenção dos recursos naturais é um fator importante para a relação do homem com a natureza, sendo que esta prática para a agricultura familiar é “substancial e prioridade para o pequeno produtor, isto é, precisamente, porque sua família e o futuro dela dependem destes recursos e de como são

manejados hoje” (SABOURIN, 1999, p. 136).

Ainda nesta abordagem sobre o Homem e a Natureza (MIRANDA, 1995), destaca que “a ecologia é uma ciência que estuda as relações existentes entre os seres vivos e o meio ambiente e que por sua vez fortalece a harmonia e a preservação dos recursos naturais”. Desse ela traz para o contexto da agricultura estas práticas, que foram totalmente ignoradas pelo modelo latifundiário que, em nome do lucro, poluíram rios, desfiguraram praias e queimaram florestas, tais fatos são apontados por (MINC, 2005, p. 57) como uma herança socialmente legitimadas da cultura colonial e escravocrata, um problema de base cultural e educacional.

No que tange ainda ao debate alusivo à relação de ocupação das terras e a produção, não podemos deixar de citar a obra de Josué de Castro (*Geografia da fome*) que mostra como a monocultura da cana-de-açúcar no Nordeste, foi responsável pela devastação da estrutura ambiental desta região.

Descobrimos cedo que as terras do Nordeste se prestavam maravilhosamente ao cultivo da cana-de-açúcar, os colonizadores sacrificaram todas as outras possibilidades ao plantio exclusivo da cana. Aos interesses da sua monocultura intempestiva, destruindo quase que inteiramente o revestimento vivo, vegetal e animal da região, subvertendo por completo o equilíbrio ecológico da paisagem e degradando ao máximo, deste modo, os recursos alimentares da região. Mas, se em verdade essa conduta colonizadora acarretou [...] graves prejuízos para estrutura biológica dos grupos humanos que ali se fixaram e se desenvolveram (CASTRO, 1984, p. 107).

Ainda neste debate, não podemos de deixar de mencionar as questões das comunidades *quilombolas* que foram intensamente atingidos por estes processos exploratórios dos colonizadores europeus, tendo seus direitos negados, como bem ressalta (SILVA, 2012).

Ao negro foi-lhe negada uma cidadania real mesmo após a abolição da escravatura. Recusados e discriminados como mão de obra paga, muitos se estabeleceram sob as bases da agricultura de subsistência, comercializando, quando possível, seus excedentes. Na maioria das vezes posseiros ou pequenos proprietários os grupos rurais negros constroem coletivamente a vida sob de uma base material e social, formadora de uma territorialidade negra, na qual elaboram-se formas específicas de ser e existir como camponês e negro (SILVA, 2012, p. 15).

Estas reflexões postas acima são também importantes e são objetos da pesquisa já que as comunidades *quilombolas* estão inseridas no contexto da agricultura familiar, haja vista que estes atores produzem os mais variados gêneros alimentícios prioritariamente para própria subsistência, ficando claro, na colocação da autora, que os deslocamentos dos quilombolas para sobreviver da agricultura de subsistência são um mecanismo de resistência diante do modelo de agricultura opressora assentadas em latifúndios.

A agricultura familiar, pela primeira vez, foi reconhecida na lei de terras (1850), a partir desta lei, “tornou se possível alguns agricultores legitimarem posses através de procedimentos de reconhecimento público” (PICOLLOTO, 2011, p. 31) este autor ainda acrescenta que: os “negros, Cablocos, os Índios, foram em geral, impedidos de acesso à propriedade da terra pelo disposto desta lei”.

Uns dos motivos deste impedimento de acesso à terra são mostrados por (MAESTRI, 2001, p. 31 apud PICOLLOTO, 2011):

O racismo; a falta de representação política; a ausência de conhecimentos legais; a baixa renda monetária, a prática de línguas e de padrões não oficiais da língua nacional, etc. Foram fenômenos que, associados à falta de experiência histórica com a propriedade da terra e a uma forma de produção que estabelecia frágeis vínculos com ela tornaram comumente “inviáveis” as possibilidades de legitimação” das terras detidas por essas comunidades.

Segundo Souza-Esquerdo e Bergamasco (2014), a agricultura familiar só começou a ganhar força na década de “1990 quando foram criados programas e políticas públicas para garantia da produção de alimentos, além da manutenção do homem no campo”.

A partir deste processo de reconhecimento, foram criados programas e leis que visam beneficiar os pequenos agricultores familiares, incentivando a sua pequena produção, cabe aqui destacar a promulgação da lei federal 11.326 de 24 de julho de 2006, basicamente a mesma que define o que é um agricultor familiar, vejamos o terceiro parágrafo:

- I - Não detenha, a qualquer título, área maior do que quatro módulos fiscais;
- II - Utilize predominantemente mão-de obra da própria família nas atividades econômica do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III - Tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;
- IV - Dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006).

Estas medidas foram adotadas para que os pequenos agricultores familiares tenham acesso às políticas públicas do governo, exemplo disso está na criação do programa nacional de apoio à agricultura familiar (PRONAF) que fornece créditos aos agricultores familiares, o programa de aquisição de alimentos (PAA), programa nacional da alimentação escolar (PNAE) (BRASIL, 2017).

Para além destes programas do governo, é importante que as categorias de agricultores familiares se reúnam em associações e cooperativas, pode ser um fator somatório para adquirir recursos perante aos órgãos públicos, e como ferramenta de resistência ao modelo da agricultura dominadora, sobre este aspecto, Moraes e Fernandes, comentam:

O agricultor familiar tem adotado o associativismo, como estratégia de permanência no campo e resistência a moderna agricultura. As experiências com o associativismo têm rendido bons resultados para os agricultores familiares, principalmente porque os interesses coletivos são tidos como prioridade. Organizados em associações os pequenos agricultores mais de terem suas reivindicações atendidas pelos governos. Isso porque os associados não falam por se mesmo e sim por toda situação (MORAES; FERNANDES, 2014, p. 31).

Esta relação entre o agricultor familiar com instituições associativas é resultado do que (SINGER, 2002 p. 24) aponta como economia solidária desde que estas agreguem indivíduos de baixo poder aquisitivo, como é o agricultor familiar, e que nestes espaços se promova o debate baseado na autogestão, onde a participação democrática é somada para atingir objetivos coletivos, atendendo a área econômica e social.

6 PERCURSO METODOLÓGICO

Esta pesquisa, conforme exposto anteriormente, visa analisar a partir de um recorte histórico como se deu o processo da expansão da agricultura familiar no Brasil, para uma análise de estudo de caso do papel da agricultura familiar na comunidade do Outeiro Alto, Valença, Bahia.

Para atingir este propósito será levantada uma pesquisa que se encarregará de leituras teóricas relacionadas à temática deste projeto de pesquisa, a mesma servirá para embasar o recorte histórico da agricultura familiar em âmbito nacional. Para efetuar este recorte, serão feitas pesquisas bibliográficas, isto é, “com base em material já elaborado” (GIL, 2002, p. 44), adotando os seguintes procedimentos.

- Pesquisa em plataformas digitais, artigos, teses, dissertações de mestrado, monografias, que trate do quadro da agricultura familiar em termo nacional.
- Pesquisa em anais de congressos, eventos científicos, revistas.
- Pesquisa em livros, com autores que aborde concisamente a temática.

No que se refere ao estudo específico do papel da agricultura familiar na comunidade do Outeiro Alto, será adotado o estudo de caso, que segundo (GIL, 2002, p. 54) “consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou pouco objetos que permita seu amplo e detalhado conhecimento”, como objetivo de efetuar a coleta dos dados serão adotados os seguintes procedimentos:

- Entrevistas orais: este método será utilizado, pois pode fornecer elementos importantes para o conteúdo da pesquisa, levando em consideração as possíveis complexidades de obter documentos referentes à historicidade da comunidade. Serão entrevistadas pessoas idosas e que já tenha certo período de tempo com a vivência (experiência) no campo.
- Entrevistas orais com adolescentes e jovens, a mesma servirá para suscitar suas realidades e perspectivas no campo, exemplo dessa realidade está na questão do êxodo rural, que na maioria são indivíduos desta faixa etária que

migram para a cidade, por variados fatores.

- Entrevista com agentes públicos tais como, secretário (a) de agricultura do município, secretário (a) de ação social, secretário (a) de segurança, secretário (a) de estradas e entre outros. O objetivo destas entrevistas com estes indivíduos é fazer um cruzamento de dados com a realidade da comunidade de estudo.
- Análise de possíveis documentos e achados, o mesmo servirá para embasar os relatos orais de fatos concernentes a localidade.
- Elaboração de questionários para os sujeitos da pesquisa, no caso, pequenos agricultores familiares.

Contudo, este projeto de pesquisa está mais voltado para um tipo de pesquisa qualitativa, pois serão mais eficazes para externar as questões referentes a este projeto.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Congresso. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Brasília, DF, 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm>. Acesso em: 15 jul. 2017.

_____. Ministério da Agricultura. **SAF**. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-creditorural/sobre-o-programa>>. Acesso em: 10 jun. 2017.

CAMACHO, Rodrigo Simão. O agronegócio latifundiário versus a agricultura camponesa: a luta política e pedagógica do campesinato. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 19., 2009, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2009. Disponível em: <http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais%20XIXENGA/artigos/Camacho_RS.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2017.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço**. 10. ed. Rio de Janeiro: Antares, 1984. Disponível em: <<http://www.zorraquino.com.br/textos/eco-social/geografia-da-fome-josue-decastro.pdf>>. Acesso em: 06 jul. 2017.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 27. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

IBGE. **Valença**. [Brasília, DF], 2017a. Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/2VPR4>>. Acesso em: 10 jun. 2017.

_____. **Valença - Bahia: histórico**. [Brasília, DF], 2017b. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/bahia/valenca.pdf>>. Acesso em: 05 maio 2017.

MENDANA, José Francisco. **A economia solidária e a sustentabilidade socioambiental da agricultura familiar no município de Colinas do Tocantins**. 2009. 89 f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade da Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, 2009, Manaus. Disponível em: <<http://www.ppgcasa.ufam.edu.br/pdf/dissertacoes/2009/Jose%20F%20Medanha.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2017.

MINC, Carlos. **Ecologia e Cidadania**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2005.

MIRANDA, Evaristo Eduardo de. **A ecologia**. São Paulo: Edições Loyola, 1995.

MORAES, Eriberto Pinto; FERNANDES, Maria José Costa. **Agricultura familiar e agroecologia: uma análise da associação dos produtores e produtoras da feira agroecológica de Mossoró (APROFAM) - RN**. Duque de Caxias: Espaço Científico Livre Projetos Editoriais, 2014. Disponível em: <<http://goo.gl/WHga8k>>. Acesso em:

13 jun. 2017.

PICOLLOTO, Everton Lazzareti. **As mãos que alimentam a nação**: agricultura familiar, sindicalismo e política. 2011. 289 f. Tese (Doutorado em Ciências) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <http://r1.ufrj.br/cpda/wp-content/uploads/2012/07/Tese_Everton_-Picolotto_2011.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2017.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2824321/mod_resource/content/1/Prado%20Historia%20Economica%20do%20Brasil.pdf>. Acesso em: 04 jun. 2017.

RIO Jiquiriçá. Santa Inês, BA, 21 maio 2009. Disponível em: <<http://agaleradafacu.blogspot.com.br/2009/05/rio-jiquirica-bacia-do-rio-jiquirica.html>>. Acesso em: 07 jul. 2017.

SABOURIN, Eric. Meio ambiente e sustentabilidade da Agricultura Familiar no Semiárido Nordeste. **Raízes**, João Pessoa, v. 18, n. 20, p. 132-143, nov. 1999. Disponível em: <http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/Artigo_35.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2017.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SILVA, Rezende da. Quilombos no Brasil: a memória como forma de reinvenção da identidade e territorialidade negra. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 12., Bogotá, 2012. **Anais...** Bogotá: Universidad Nacional de Colômbia, 2012. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/08-S-Rezende.pdf>>. Acesso em: 02 jul. 2017.

SOUZA-ESQUERDO, Vanilde Ferreira de; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira. Análise sobre o acesso aos programas de políticas públicas da Agricultura familiar nos municípios do circuito das Frutas (SP). **Rev. Sociol. Rural**, Brasília, DF, v. 52, supl. 1, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032014000600011>. Acesso em: 05 jun. 2017.

SZMRECSÁNY, Tamás. **Pequena história da agricultura no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 1998.

APÊNDICE

APÊNDICE - Fotos

Figura 1 - Aspecto do rio Jequiriçá que banha a comunidade do Outeiro Alto



Fonte: o autor.

Figura 2 - Aspecto de uma pequena propriedade familiar (comunidade do Outeiro Alto)



Fonte: o autor.

Figura 3 - Aspecto de uma pequena propriedade (comunidade do Outeiro Alto)



Fonte: o autor.

Figura 4 - Pequeno rebanho de gado (comunidade do Outeiro Alto)



Fonte: o autor.